

SESI-SP editora

CONSELHO EDITORIAL

Paulo Skaf (Presidente)
Walter Vicioni Gonçalves
Débora Cypriano Botelho
Neusa Mariani



COMISSÃO EDITORIAL

Fernando Antonio Carvalho de Souza
Célio Jorge Deffendi
Débora Pinto Alves Viana
Álvaro Alves Filho
Alexandra Salomão Miamoto

Cinema português: um guia essencial/ organização Paulo Cunha;
Michelle Sales. São Paulo: SESI-SP editora, 2013.
324 p. il. (Selo Audiovisual)

ISBN 978-85-65025-60-7

Bibliografia

1. Cinematografia 2. Cinema português I. Cunha, Paulo II. Sales,
Michelle III. Título

CDD - 791.43469

Índices para catálogo sistemático:

1. Cinematografia : Cinema português

Bibliotecárias responsáveis: Elisângela Soares CRB 8/6565

Josilma Gonçalves Amato CRB 8/8122

PAULO CUNHA
MICHELLE SALES
(orgs.)

CINEMA PORTUGUÊS: UM GUIA ESSENCIAL

SESI-SP editora

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1896-1909	10
Os primeiros anos de cinema em Portugal Manuela Penafria	
1910-1919	45
Uma cinematografia “sem olhar” ganha o primeiro realizador, Leitão de Barros Maria do Carmo Piçarra	
1920-1929	70
O cinema “tipicamente português” Tiago Baptista	
1930-1939	93
O Cinema Português de Salazar Wagner Pinheiro Pereira	
1940-1949	138
Os cinemas periféricos e o caso português dos anos 40: elemen- tos para uma análise crítica Leandro Mendonça	

1950-1959	156
Anos de cinefilia e formação	
Michelle Sales	
1960-1969	173
Quando o cinema português foi moderno	
Paulo Cunha	
1970-1979	192
O cinema na transição democrática	
Jorge Luiz Cruz	
1980-1989	215
A “diferença” portuguesa?	
Paulo Cunha	
1990-1999	238
Estabilidade, crescimento e diversificação	
Carolin Overhoff Ferreira	
2000-2009	268
O cinema do futuro	
Daniel Ribas	
BIOGRAFIA DOS AUTORES	300
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	305

INTRODUÇÃO

Este projeto nasceu em janeiro de 2009, fruto de uma vontade conjunta em criar uma ferramenta de trabalho que fosse útil para quem quer iniciar estudos ou aprender mais sobre cinema português. O objetivo central inicial era apresentar um texto conciso e de referência na introdução ao estudo do cinema português, esperando que se torne, pela qualidade e atualidade, uma obra de referência para todos os que pretendam conhecer mais da cultura portuguesa, em particular da história e estética do cinema português.

A ideia deste projeto surgiu depois de constatado o enorme sucesso editorial da obra coletiva *O cinema português através dos seus filmes* (coord. Carolin Overhoff Ferreira, Campo das Letras, 2007) e pelo bom acolhimento do público em geral e dos jovens estudantes e pesquisadores que trabalham sobre cinema português. Em menos de um ano, essa obra tornou-se uma referência obrigatória e indispensável em qualquer trabalho entretanto publicado, quer em Portugal como no estrangeiro, sobre os filmes e autores portugueses. Essa recepção demonstrou, definitivamente, que o estudo do cinema português desperta gradualmente o interesse de cada vez mais audiências, que continuam ávidas por novas publicações.

De diversas conversas com colegas académicos de instituições de ensino superior em diversas latitudes surgiu a constatação de que faz falta ao estudo do cinema português um texto geral que promova um primeiro contacto com a história e a estética do cinema português. Naturalmente, pretende-se que seja uma obra atual, que reflita os resultados das mais recentes investigações feitas sobre o cinema português, que nos últimos anos têm aumentado exponencialmente.

2000-2009

O CINEMA DO FUTURO

DANIEL RIBAS

No início de março de 2010, um grupo de realizadores e produtores do cinema português, encabeçados pelo decano Manoel de Oliveira, lançou um “Manifesto pelo Cinema Português”¹⁵⁰. Nesse texto, os signatários relatam dramaticamente que “Nunca como nos últimos vinte anos teve o cinema português uma tão grande circulação internacional e uma tão grande vitalidade criativa. E nunca como hoje ele esteve tão ameaçado.” Na opinião deste grupo¹⁵¹, “O cinema português vive hoje uma situação de catástrofe iminente e necessita de uma intervenção de emergência por parte dos poderes públicos”. Este Manifesto surgiu como corolário de uma crescente dramatização da vida financeira do país que paralisou – ou diminuiu drasticamente – os subsídios atribuídos ao cinema português.

Aliás, o Manifesto apresenta-se já como sequência natural de outro texto, publicado no final de Fevereiro de 2009 no jornal *Público*. Nessa altura, dois dos realizadores mais importantes da história do cinema português (João Botelho e Alberto Seixas Santos) traçavam já um olhar comprometido sobre os

150 Disponível em <<http://peticaopublica.com/PeticaoVer.aspx?pi=P2010N1571>>. Acesso em 20 de agosto de 2013). O Manifesto foi também publicado no jornal *Público*, de 12 de março de 2010.

151 O grupo signatário é muito representativo do cinema português já que inclui nomes como João Botelho, João Canijo, Pedro Costa, Fernando Lopes, Paulo Rocha, Alberto Seixas Santos, Jorge Silva Melo ou Teresa Villaverde.

últimos desafios audiovisuais em Portugal. Nesse texto, os autores (e membros da Associação Portuguesa de Realizadores) reclamavam das opções culturais do governo português sobretudo depois da criação do FICA (Fundo de Investimento do Cinema e Audiovisual)¹⁵²: “Exigimos de uma vez por todas a separação total do cinema da ganga do audiovisual. (...) Exigimos um Instituto [o ICA – Instituto do Cinema e Audiovisual¹⁵³] que defenda e prolongue a tradição do novo no Cinema Português” (Santos, Botelho et al., 2009).

Grande parte da insatisfação decorre do particular momento audiovisual português e da dependência imprescindível dos subsídios do Estado. É também por isso que o texto referido tenta desmontar a ideia de um cinema português rentável¹⁵⁴. Assim, ao chegar ao fim de mais uma década, voltavam, de novo, os cineastas do *Novo Cinema* e os seus descendentes ao campo da batalha, como sempre foi desde que *Os verdes anos* foi filmado em 1963.

Contudo, ainda em 2009, como resposta a estes realizadores, também numa coluna de opinião de um jornal (o semanário *Sol*), António-Pedro Vasconcelos respondia na mesma moeda ao classificar o texto de fevereiro de 2009

152 O FICA foi criado pelo governo em 2003, mas iniciou a sua actividade apenas em 2007. São participantes as três estações de televisão generalistas (a TVI, a RTP e a SIC) bem como outros parceiros audiovisuais. Nos primeiros anos, a gestão do fundo foi feita pela entidade privada Espírito Santo Fundos de Investimento Mobiliário, S.A, do grupo BES (Banco Espírito Santo).

153 O instituto de cinema passou por muitas designações: a primeira foi IPC (Instituto Português de Cinema), criado com a famosa lei 7/71; em 1994, transformou-se no IPACA (Instituto Português da Arte Cinematográfica e Audiovisual); em 1998, tornou-se o ICAM (Instituto do Cinema, Audiovisual e Multimédia); e, desde 2007, é o ICA (Instituto do Cinema e Audiovisual). Disponível em <<http://www.ica-ip.pt/pagina.aspx?pagina=201>>. Acesso em 20 de agosto de 2013.

154 Das contas feitas pelos três realizadores: “(...) por exemplo : um grande êxito de público que atinja os 200 000 espectadores, para as contas serem simples, faz de receita bruta € 900 000 que são distribuídos do seguinte modo : € 540 000 para o exibidor (a sala), € 108 000 para o distribuidor e finalmente € 252 000 para o produtor. Os empregados do audiovisual anunciaram o custo de cada um dos seus produtos com um valor médio acima de € 1 500 000, alguns mesmo muito acima.”